

PROJETO DE LEI N.º 8.529-A, DE 2017
(Do Sr. José Mentor)

Acrescenta o §2º-A no Art.129, do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para estabelecer o "crime de espancamento"; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação (relator: DEP. VALMIR PRASCIDELLI).

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO DO PARECER DA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I - RELATÓRIO

A proposição ora examinada tem por objetivo acrescentar parágrafo ao art. 129 do Código Penal, que trata do crime de lesão corporal, para instituir causa de aumento de pena de dois terços quando resultar mais de uma lesão da mesma gravidade ou conjunto de lesões leves, graves ou gravíssimas, definindo, dessa forma, o crime de espancamento.

Sustenta o autor do projeto que não há, em nosso ordenamento jurídico, a previsão legal para a penalização a “um conjunto de lesões combinadas, provocadas simultaneamente, que causam o agravamento do quadro clínico da vítima”.

O projeto é sujeito à apreciação do Plenário. Não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição atende aos requisitos constitucionais relativos à competência legislativa concorrente da União (art. 24, XV) às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*) e à iniciativa, neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*).

Não há observações a serem feitas quanto à juridicidade ou quanto à técnica legislativa.

No mérito, penso que assiste total razão ao autor da proposição. O espancamento é, infelizmente, uma realidade em nossa sociedade. Jovens, vítimas de preconceito, torcedores de futebol, enfim, há vários grupos de pessoas que, no Brasil, podem se encontrar na apavorante situação de vir a serem espancados por uma ou mais pessoas e ter, como resultado, lesões corporais das mais variadas ordens.

Algumas vítimas morrem em decorrência da gravidade das lesões, outras têm de conviver com sequelas físicas e emocionais pelo resto de suas vidas.

O dicionário Aurélio define espancar como o ato de agredir com pancadas, surrar. Creio que o nome do tipo penal é bastante preciso. Como salientado pelo ilustre autor, deputado José Mentor, “são agressões violentas e invariavelmente discriminatórias, com muita carga emocional, ódio ou até mesmo fúria desmedida que causam múltiplos ferimentos e às vezes em conjunto com lesões leves, graves ou gravíssimas”.

Penso também que a iniciativa foi muito feliz em inserir o novo tipo penal como causa de aumento de pena do crime de lesões corporais. Este recurso não é novidade no Código Penal, que o utiliza, por exemplo, no art. 157, quando trata do crime de roubo com emprego de arma.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do PL 8.529/2017 e, no mérito, por sua aprovação.

Sala da Comissão, em 20 de dezembro de 2017.

Deputado VALMIR PRASCIDELLI

Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 8.529/2017, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Valmir Prascidelli.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Daniel Vilela - Presidente, Hildo Rocha - Vice-Presidente, Alceu Moreira, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Betinho Gomes, Chico Alencar, Covatti Filho, Danilo Forte, Delegado Edson Moreira, Evandro Roman, Fábio Trad, Fausto Pinato, Francisco Floriano, Genecias Noronha, João Campos, José Mentor, Júlio Delgado, Jutahy Junior, Marcelo Delaroli, Maria do Rosário, Nelson Pellegrino, Patrus Ananias, Paulo Teixeira, Pr. Marco Feliciano, Rocha, Rodrigo Pacheco, Rubens Bueno, Rubens Pereira Júnior, Silvio Torres, Subtenente Gonzaga, Thiago Peixoto, Valmir Prascidelli, Afonso Motta, Aliel Machado, Aureo, Capitão Augusto, Celso Maldaner, Edmar Arruda, Efraim Filho, Gilberto Nascimento, Gonzaga Patriota, Lincoln Portela, Lucas Vergilio, Moses Rodrigues, Nelson Marquezelli, Pauderney Avelino, Pedro Cunha Lima, Samuel Moreira e Sandro Alex.

Sala da Comissão, em 7 de novembro de 2018.

Deputado JOÃO CAMPOS
Presidente em exercício